

COMUNICADO

Nº: 3 Data: 22.10.2017

Criação da Ordem dos Técnicos de Saúde

Em dezembro de 2010 o Fórum Tecnologias da Saúde (FTS) tomou a decisão de avançar com a formalização de um projeto de Criação de uma Ordem Profissional, dando continuidade ao trabalho desenvolvido anteriormente, mas com uma saudável separação entre Associações e Sindicatos, respeitando os seus papéis interventivos.

Durante os meses seguintes debateu e chegou a consenso sobre as diferentes decisões necessárias à formalização do processo, nomeadamente:

- Os custos económicos;
- A elaboração de um estudo para dar cumprimento à legislação;
- A integração das Associações que não faziam parte do FTS;
- A identificação das condições políticas para avançar;
- A capacidade de perceber onde tínhamos falhado em momento anteriores.

Em março de 2011 iniciámos os contactos com os Grupos Parlamentares, tendo pouco tempo depois caído o Governo e sido dissolvida a Assembleia da República. Neste tempo pré-eleitoral fomos reunindo com os diferentes partidos e apresentando a nossa intenção tentando obter compromissos para a nova legislatura.

Em setembro de 2011 retomámos, já com o estudo desenvolvido pelo Centro de Direito Biomédico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o contacto com os diferentes Grupos Parlamentares. Fomos trabalhando com a maioria de direita [Partido Social Democrata (PSD) e Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP)] que se envolveram diretamente, bem como com os partidos de esquerda [Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP), Bloco de Esquerda (BE) e Partido Ecologista Os Verdes (PEV)].

Durante o final de 2011 e o ano de 2012 as Associações trabalharam, de forma incessante e intensa, para construir um modelo de organização do Estatuto da Ordem que fosse confortável para todos, garantindo o cumprimento da Carta de Princípios do Fórum Tecnologias da Saúde:

I. Princípio da Equidade

- a) Criação de suporte financeiro da Ordem, facilitador do desenvolvimento de condições de paridade, com as suas congéneres, a todos os níveis da sua atividade;
- b) Distribuição dos recursos estruturais e financeiros da Ordem, de forma a permitir aos colégios das profissões menos populosas, as condições financeiras necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

II. Princípio da Autonomia

Salvaguarda e promoção da identidade própria de cada profissão, organizada e expressa através dos respetivos colégios profissionais.

III. Princípio da Paridade

As decisões ao nível dos órgãos nacionais de carácter multiprofissional, são tomadas na base do princípio: uma profissão, um voto.

IV. Princípio do Desenvolvimento e Cooperação

Promoção, desenvolvimento, reflexão e diálogo técnico-científico multidisciplinar, em todas as áreas de complementaridade funcional e/ou científica, visando a excelência das profissões e os melhores padrões de qualidade na prestação de cuidados de saúde.



Seguiram-se dezenas de reuniões, contactos oficiais, contactos informais, ou a simples toma de um café ou um chá, para criar uma rede de apoio ao nosso projeto – ao projeto das nossas profissões a pensar no cidadão!

Criámos essa rede e demos confiança. Mostrámos maturidade. Foi um desafio impressionante feito de resiliência, de perseverança, de ânimo, de angústia, de desencanto, de certezas e incertezas. Fomos construindo o que para alguns era impossível. Seguimos sempre focados, ultrapassámos obstáculos externos e internos. Mantivemos a serenidade até ao fim! Acreditem que foi difícil, muito difícil! Às vezes, talvez a maioria delas, os ataques vieram de dentro!

Com o final da anterior legislatura no horizonte ainda se tentou a apresentação, onde se registou a necessária adaptação dos estatutos das Ordens existentes ao novo regime jurídico das associações públicas profissionais, aprovado em 2013 (Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro). Ponderámos e decidimos não forçar nessa fase porque o tempo útil não seria suficiente para resolver o processo e corríamos o risco de uma rejeição que inviabilizaria a entrada do processo no início da nova legislatura. Esta surgiu e com ela uma nova configuração parlamentar.

Felizmente o trabalho que vinha a ser desenvolvido foi reiniciado e continuado praticamente com os mesmos interlocutores no parlamento, sendo estes conhecedores do processo. Aliou-se um interlocutor de peso – o Ministério da Saúde – que através do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde se comprometeu a trabalhar de forma ativa.

Fomos recebidos na Presidência da República pelos Assessores para as áreas da Saúde e do Trabalho. O projeto mereceu o reconhecimento da Presidência e um compromisso de apoio.

Mantivemos sempre diálogo com as Associações que não iniciaram o processo connosco e foi possível incluir a Associação Portuguesa de Técnicos de Prótese Dentária em 2014 e a Associação Portuguesa de Terapeutas da Fala em 2016, integrando assim as 15 Associações Profissionais infra listadas. Quer a Associação Portuguesa de Fisioterapeutas quer a Associação Portuguesa de Terapeutas Ocupacionais, apesar das diversas reuniões, mantiveram-se fora do projeto por motivos diferentes.

Salientamos que o modelo de estrutura organizacional adotado possibilita que os colégios de profissão sejam ajustados e definidos, criados e extintos.

Seguimos sempre uma estratégia de negociação e fundamentação, longe dos holofotes e de protagonismos individuais de que fomos dando conhecimento do trabalho realizado, através do *Facebook* do FTS, através de comunicados, em congressos e outros eventos e pelos meios de comunicação/divulgação de cada Associação.

Contudo a ignorância é atrevida!

Apesar de todo o envolvimento e trabalho que as Associações deram em benefício das nossas profissões e da intensa divulgação deste processo através das redes sociais tornou-se evidente o escasso conhecimento do contexto profissional e é possível perceber a baixa literacia relativa ao papel das organizações. As redes sociais mostraram-nos à exaustão uma fragilidade preocupante. Não só pelo desconhecimento do projeto que nos une mas pela incapacidade de uma larga maioria perceber a importância de um instrumento crucial de afirmação das nossas profissões no complexo tecido profissional da saúde – a autorregulação.



Não desviando o foco da responsabilidade, sobre a rejeição do Projeto de Lei 636/XIII, que se situa no Parlamento e na responsabilidade de cada grupo parlamentar pela posição assumida na votação do dia 20 de outubro, importa perceber que o ruído gerado, através das redes sociais, de alguns com responsabilidade (institucional) acrescida foi negativo e temporalmente contraproducente e que os que promoveram esse ruído devem assumir a responsabilidade perante as profissões.

Fomos surpreendidos, durante a discussão no Parlamento, por um comunicado que foi enviado aos grupos parlamentares, o que fragilizou a nossa posição. Promover a divisão na véspera de um momento crucial, com o envio de resultados de “um questionário online” sem nenhuma base de rigor e de seriedade, foi uma traição às profissões, aos profissionais e acima de tudo aos cidadãos! Pela audição das intervenções dos deputados do PCP e do BE é perceptível a confusão que foi introduzida pelo comunicado do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores para as Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS), invocado nos discursos dos Srs. Deputados.

O FTS lamenta profundamente que os promotores desta iniciativa não tenham tido a responsabilidade suficiente para perceber que o interesse coletivo seria sempre mais importante que outros interesses menos claros.

Importa ainda referir o impacto da confusão que a iniciativa do STSS causou não apenas aos Srs. Deputados como também aos TSDT, como mencionado anteriormente, menos esclarecidos acerca dos processos a decorrer bem como promovendo uma ideia de mistura de atuação e competências das várias organizações profissionais – Associações Profissionais, Sindicato e FTS/ Ordem.

Os projetos estavam a ser trabalhados com os grupos parlamentares há vários anos. É incompreensível e inadmissível!

Deixamos público o reconhecimento ao Senhor Deputado António Sales do PS que foi, veementemente, criticado nas redes sociais, leitura que rejeitamos dado o trabalho e investimento conjunto neste processo, tendo-se refletido na submissão na iniciativa partidária na Assembleia da República. Contámos e continuaremos a contar com o seu compromisso, e do PS, para o prosseguimento deste processo.

NOTA FINAL: Aproximam-se momentos intensos de luta dos profissionais pelos direitos que há muito deviam ter sido consagrados. Embora solidários, como sempre estivemos, esse não é um papel que deva ser assumido pelas Associações mas sim pelos Sindicatos. Manteremos a nossa postura de não confundir os papéis. Não contarão connosco para criar ruído. Desejamos todo o sucesso para um futuro consentâneo com a evolução das profissões.

Não se esqueçam nunca que nós, somos mais uns de vós!

#juntossomosmaisfortes e agora #seguimosjuntos

O Coordenador do Fórum Tecnologias da Saúde

(João José Joaquim)



Os Presidentes das Associações do Fórum Tecnologias da Saúde,

- **Maria de Fátima Duarte** (APHO - Associação Portuguesa de Higienistas Orais)
- **João José Joaquim** (APLF - Associação Portuguesa de Licenciados em Farmácia)
- **Aldina Reis** (APOR - Associação Portuguesa de Ortopistas)
- **Sílvia Silva** (APSAI - Associação Portuguesa de Saúde Ambiental)
- **Jorge Humberto Martins** (APtA - Associação Portuguesa de Audiologistas)
- **Hélia Carona** (APTAC - Associação Portuguesa dos Técnicos de Análises Clínicas)
- **Ricardo Celestino** (APTAP - Associação Portuguesa dos Técnicos de Anatomia Patológica)
- **Nuno Daniel Costa** (APTEC – Associação Portuguesa de Cardiopneumologistas)
- **Ana Tavares** (APTF – Associação Portuguesa de Terapeutas da Fala)
- **Luís Metello** (APTMN – Associação Portuguesa de Técnicos de Medicina Nuclear)
- **Diana Tavares** (APTN – Associação Portuguesa de Técnicos de Neurofisiologia)
- **José Maurício** (APTO – Associação Profissional dos Técnicos de Ortoprotesia)
- **Luís Costa** (APTPD – Associação Portuguesa de Técnicos de Prótese Dentária)
- **Filipe Moura** (ART – Associação dos Técnicos de Radioterapia)
- **Joana Santos** (ATARP – Associação Portuguesa dos Técnicos de Radiologia, Radioterapia e Medicina Nuclear)